



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2026**

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para execução completa da instalação de Posto de Transformação de 75 kVA – 34,5 kV – 380/220 V, incluindo fornecimento integral de materiais, equipamentos, mão de obra, ensaios, comissionamento e regularização junto à concessionária de energia elétrica, destinado ao atendimento da bomba de 50 CV do poço artesiano e das instalações elétricas existentes no local.

Compreende ainda o objeto o fornecimento e instalação de Soft-Starter para acionamento da bomba trifásica de 50 CV (380V), a execução de padrões de entrada de energia, muretas, quadros elétricos, ramais alimentadores e toda a infraestrutura elétrica necessária para o pleno funcionamento do sistema, contemplando também o atendimento aos refletores do campo de futebol em 220V e às instalações elétricas da lanchonete do Campo São Miguel em 127V, conforme especificações constantes no projeto elétrico e no memorial descritivo.

A obra deverá ser entregue totalmente concluída, energizada e em plenas condições de funcionamento e operação, com todos os testes realizados, documentação técnica regularizada e aprovação final junto à concessionária de energia.

LOTE 01					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço máx.	Valor Total
01	TRIFASEAMENTO E TOMADA DE CORRENTE; POSTO DE TRANSFORMAÇÃO 75Kva; ACIONAMENTO BOMBA SOFT-STARTER;	SERV	1,00	R\$122.660,00	R\$122.660,00
<b>VALOR MÁXIMO GLOBAL</b>					<b>R\$122.660,00</b>

- 1.2. A contratação visa atender às necessidades da Administração Pública Municipal, por meio da execução de obra de engenharia elétrica especializada, envolvendo trifaseamento de rede, instalação de transformador, padrões e equipamentos de acionamento, de forma alinhada às normas da concessionária de energia e demais legislações técnicas aplicáveis, assegurando a plena funcionalidade das instalações do Campo São Miguel, bem como a eficiência e a economicidade na aplicação dos recursos públicos.
- 1.3. Havendo qualquer discordância entre a descrição do SISTEMA BLL e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.
- 1.4. O Objeto desta Concorrência Eletrônica tem a natureza de serviços de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XII, da Lei nº 14.133/2021, que justifica a escolha por esta modalidade.

**1.5. Da Classificação do Objeto**

O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, normas técnicas vigentes e exigências da concessionária de energia elétrica.



1.5.1. A implantação de posto de transformação de 75 kVA constitui atividade técnica padronizada no setor elétrico, com critérios normativos definidos pela ABNT e pela concessionária COPEL, não configurando solução singular ou inovadora.

1.5.2. O trifaseamento da rede elétrica e a substituição de estruturas primárias correspondem a serviços usuais no mercado de instalações elétricas, com procedimentos técnicos normatizados e amplamente executados por empresas especializadas do setor.

1.5.3. O fornecimento, montagem e interligação de sistemas elétricos em diferentes níveis de tensão (380 V, 220 V e 127 V) seguem padrões técnicos consolidados, sendo passíveis de especificação objetiva no Termo de Referência.

1.5.4. Embora envolva atividades em média tensão, os riscos técnicos são mitigados por normas técnicas, exigências da concessionária e fiscalização contratual, não descaracterizando a natureza de serviço comum de engenharia.

1.6. Os serviços são de natureza não continuada, conforme expresso no inciso XVII do art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.7. A presente licitação será realizada em lote único, tendo em vista que os serviços exigidos são interdependentes e complementares, compondo uma solução integrada que deve ser executada de forma coordenada para garantir a plena funcionalidade do sistema elétrico.

1.7.1. A opção por um único lote visa assegurar maior eficiência na execução, evitando fragmentação contratual e eventuais incompatibilidades técnicas, além de permitir à Administração acompanhar e fiscalizar de forma mais simplificada e objetiva todas as etapas do serviço.

1.7.2. A contratação em lote único garante que a empresa contratada seja responsável por todo o escopo, desde o projeto, aprovação junto à concessionária, execução das obras civis e elétricas, até a entrega final em pleno funcionamento, promovendo maior segurança técnica, continuidade e qualidade na execução.

1.8. O prazo de execução do objeto e da vigência do contrato será de 02 meses, contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual.

1.9. Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados a critério da administração, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

1.10. A prorrogação do prazo de execução deverá ser solicitada pela CONTRATADA, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu encerramento, com as razões que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado, desde que aceitas pelo CONTRATANTE, e deverá ser formalizado por termo aditivo.

1.11. O objeto da presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações do exercício de 2025, uma vez que a demanda surgiu de forma superveniente e inesperada, sendo necessária sua inclusão emergente para atender às necessidades do Município.

1.12. O valor estimado da contratação é de: R\$122.660,00 (Cento e Vinte e Dois Mil, Seiscentos e Sessenta Reais).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)**

2.1. A contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica tem por finalidade a execução de obra necessária à ampliação da infraestrutura elétrica do Campo São Miguel, contemplando a instalação de transformador trifásico de 75 kVA em 34,5 kV, padrão de entrada,



Prefeitura Municipal de  
**Boa Ventura de São Roque**

sistema de medição, painéis de acionamento com Soft-Starters para bomba de recalque em 380 V, além da rede de distribuição para refletores do campo em 220 V e iluminação/tomadas da lanchonete em 127 V. Destaca-se que a alimentação da bomba de recalque é elemento essencial, pois garantirá o fornecimento de água ao Município, solucionando definitivamente os problemas de falta e instabilidade no abastecimento.

- 2.2. Considerando a complexidade da obra, que envolve alta tensão, montagem de padrão de entrada e integração de sistemas distintos de alimentação (127V, 220V e 380V), a legislação profissional vigente (Lei nº 5.194/1966, Resolução nº 218/1973 do CONFEA e normativas complementares do CREA-PR) exige a participação e responsabilidade técnica de engenheiro eletricista. Ressalta-se que o Município não possui em seu quadro funcional profissional habilitado nesta área, o que torna indispensável a contratação de empresa especializada para atender às exigências legais e técnicas.
- 2.3. A empresa contratada deverá dispor de corpo técnico qualificado, com profissionais legalmente habilitados e devidamente registrados no CREA, garantindo a conformidade com as normas da ABNT, da concessionária de energia elétrica (COPEL) e da legislação vigente. Essa qualificação assegurará não apenas a execução técnica adequada, mas também a segurança operacional e a durabilidade da instalação.
- 2.4. A contratação mostra-se necessária em razão do caráter emergencial e estratégico da obra, diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida da população. A adequação da rede elétrica e o fornecimento de energia para o sistema de bombeamento de água possuem impacto direto na saúde pública, no desenvolvimento urbano e na continuidade dos serviços essenciais, justificando a adoção da presente medida.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c').**

- 3.1. A presente contratação visa a execução de serviços de engenharia elétrica especializados, abrangendo o fornecimento de materiais, execução e montagem de sistema elétrico em média e baixa tensão, contemplando transformador trifásico de 75 kVA em 34,5 kV, padrão de entrada, sistema de medição, quadros elétricos, acionamento de bomba de recalque em 380 V e rede de distribuição interna. O objetivo é dotar o Município da infraestrutura necessária para garantir o funcionamento do sistema de abastecimento de água e a iluminação do Campo São Miguel, solucionando uma demanda essencial e de interesse coletivo.
- 3.2. A empresa contratada será responsável pela execução dos projetos executivos, memoriais descritivos, ARTs, diagramas unifilares, bem como pela compatibilização com as normas técnicas da ABNT, regulamentações do CONFEA/CREA e exigências da concessionária de energia elétrica (COPEL). Inclui-se, ainda, a entrega de projeto "as built" para registro documental e futuras manutenções, assegurando rastreabilidade e continuidade da operação.
- 3.3. A solução abrange não apenas a instalação elétrica de média e baixa tensão, mas também a integração entre os diferentes subsistemas:
  - alimentação da bomba de recalque para fornecimento de água ao município, em 380V;
  - rede elétrica para iluminação do campo esportivo, em 220 V;
  - alimentação da lanchonete e áreas de apoio, em 127 V.
- 3.4. O detalhamento dos serviços, as especificações técnicas, os critérios de execução e as responsabilidades da contratada encontram-se estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos, garantindo clareza, segurança e transparência na execução contratual.



Prefeitura Municipal de

# Boa Ventura de São Roque



#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

Todos os materiais, equipamentos e componentes deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, devendo ser novos, de primeira qualidade e, quando aplicável, homologados pela concessionária de energia (COPEL).

##### **4.1. Qualificação técnica mínima**

A empresa contratada deverá:

- a) Possuir registro ativo e regular no CREA;
- b) Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica da execução do objeto, assinada por engenheiro eletricista com atribuições para projetos e obras de média e baixa tensão, conforme legislação do CONFEA/CREA (Lei nº 5.194/1966 e Resolução nº 218/1973);
- c) Comprovar experiência prévia em execução de obras elétricas de média tensão, preferencialmente envolvendo instalação de transformadores.

##### **4.2. Normas técnicas e regulatórias aplicáveis**

A execução deverá observar, no mínimo:

- Normas da ABNT aplicáveis (NBR 14039, NBR 5410, NBR 5419, entre outras correlatas);
- Regulamentações da COPEL para padrão de entrada, medição e ligação em 34,5 kV;
- Exigências legais do CONFEA/CREA para elaboração, execução e responsabilidade técnica;
- Demais legislações de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente pertinentes.

##### **4.3. Escopo de fornecimento**

A empresa deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, transportes e serviços auxiliares necessários à perfeita execução dos trabalhos, incluindo:

- Transformador trifásico 75 kVA – 34,5 kV;
- Padrão de entrada e sistema de medição;
- Quadros de distribuição em 380/220/127 V;
- Cabeamento, conexões, chaves, proteções e aterramentos;
- Sistema de acionamento da bomba de recalque;
- Rede elétrica de iluminação do campo esportivo;
- Rede elétrica para edificações de apoio (lanchonete, vestiários etc.);
- Documentação técnica final, incluindo projeto “as built” e ART de conclusão.

##### **4.4. Prazo de execução**



O prazo máximo para a execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

#### 4.5. Garantia

A contratada deverá garantir os serviços e materiais fornecidos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses após a entrega definitiva da obra, sem prejuízo das garantias legais e normativas aplicáveis.

## 5. DA VISTORIA DOS LOCAIS

### 5.1. DA VISTORIA PRÉVIA

5.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 11:30 e das 13:00 às 17 horas.

5.2.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.2.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.2.3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.2.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 5.3. VISTORIAS TÉCNICAS, PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA E REUNIÕES PRESENCIAIS.

5.3.1. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá realizar vistorias técnicas nos locais de execução das obras, a fim de levantar dados necessários para a elaboração dos anexos técnicos, os quais serão analisados, validados e aprovados formalmente pela Contratante.

5.3.2. A Contratada deverá agendar com a Contratante, a data que irá vistoriar os locais.

5.3.3. Na vistoria deverão ser levantados os seguintes dados sobre a infraestrutura local: rede de água, esgoto, drenagem de águas pluviais, coleta de lixo, telefonia, energia elétrica, iluminação pública e pavimentação.

5.3.4. A Contratada também deverá levantar "in loco" os seguintes aspectos ambientais e sociais: condicionantes climáticas (insolação, ventilação, índices / históricos pluviométricos, entre outros), características do terreno (tipo e resistência do solo, inclinação do terreno, lençol freático, entre outros), condições ambientais e a existência de atividades e/ou características incompatíveis com o funcionamento do empreendimento.

5.3.5. A Contratada deverá levantar junto aos órgãos de aprovação do município, as informações necessárias para o desenvolvimento adequado dos serviços.

5.3.6. O desconhecimento da legislação ou de condicionantes do Contratante não será justificativa para aditivos ou incorreções nos Anexos elaborados pela CONTRATADA.





5.3.7.A Contratada deve responder aos ofícios do Ministério Público, Estadual e Federal, em forma de Parecer técnico, apresentando as informações solicitadas, utilizando de embasamentos técnicos de engenharia.

5.3.8.A critério do setor de engenharia e secretaria de planejamento, será agendado datas para as realizações de reuniões técnicas de forma presencial afim de discussões técnicas, visitas em locais para desenvolvimento de projetos.

5.3.9.A critério da contratante, a contratada deverá acompanhar a equipe técnica de engenharia ou administrativa do município em reuniões técnicas em órgãos federais e estaduais para discussões preliminares de projetos, discussões de correções técnicas e outras possíveis reuniões de interesse público.

## 6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

6.1.1.O objeto da presente contratação consiste na execução de obra de engenharia elétrica especializada, incluindo trifaseamento de rede, instalação de transformador trifásico 75 kVA e sistema de acionamento de bomba por Soft-Starter, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra qualificada, e ARTs, conforme projeto aprovado pela concessionária, visando garantir a plena operacionalidade do sistema elétrico do Campo São Miguel, incluindo o funcionamento da bomba de recalque em 380 V, iluminação do campo em 220 V e alimentação da lanchonete e áreas de apoio em 127 V, compreendendo especificamente os seguintes serviços:

### 6.1.2.Posto de Transformação

Execução completa de Posto de Transformação de 75 kVA – 34,5 kV – 380/220 V, contemplando:

- Fornecimento e instalação de transformador trifásico novo, com potência nominal de 75 kVA, tensão primária 34,5 kV e secundária 380/220 V, devidamente certificado pelo INMETRO e atendendo a todas as exigências técnicas da concessionária COPEL;
- Implantação do padrão de entrada de energia em média tensão, conforme projeto aprovado;
- Instalação em poste de concreto adequado, com cruzetas, ferragens, isoladores, chaves fusíveis, para-raios, cabos e demais componentes necessários;
- Construção de mureta em alvenaria para instalação das caixas de medição e proteção, de acordo com o padrão exigido pela concessionária;
- Execução de sistema de aterramento completo, com medições e apresentação de laudo técnico.

### 6.1.3.Quadros Elétricos e Comando

- Montagem e instalação do Quadro Geral de Distribuição (QDG) e do Quadro de Proteção e Comando da bomba (QDF POÇO);
- Fornecimento e instalação de dispositivos de proteção, barramentos, disjuntores, DPS, bornes e demais componentes especificados em projeto;
- Identificação completa dos circuitos elétricos e sinalização de segurança.
- Emissão de ART de execução;

### 6.1.4.Sistema de Acionamento da bomba (Soft-Starters)

- Fornecimento e instalação de Soft-Starter para acionamento da bomba trifásica de 50 CV (380V);



# Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque

- Parametrização e configuração do sistema de partida;
- Integração do comando com o sistema existente, incluindo eventuais interligações elétricas e ajustes necessários;
- Realização de testes operacionais e de funcionamento.

## 6.1.5. Ramais Alimentadores e Infraestrutura

- Execução de ramais alimentadores entre o posto de transformação, quadros elétricos e a bomba do poço, conforme especificações do projeto elétrico;
- Instalação de eletrodutos, cabos elétricos, caixas de passagem e demais elementos de infraestrutura;
- Execução de serviços civis complementares, tais como abertura e fechamento de valetas, recomposição de pisos, calçadas e paredes quando necessário.

## 6.1.6. Atendimentos às demais instalações

Além do atendimento à bomba do poço artesiano, integram o objeto:

- Adequação e alimentação elétrica dos refletores do campo de futebol em 220V;
- Adequação e alimentação das instalações elétricas da lanchonete do Campo São Miguel em 127V;
- Interligações necessárias para garantir o funcionamento integrado de todas as instalações existentes no local.

## 6.1.7. Ensaio, Testes e Comissionamento

- Realização de todos os ensaios elétricos exigidos pelas normas técnicas e pela concessionária;
- Testes de funcionamento do transformador, quadros elétricos, soft-starter e bomba do poço;
- Medição da resistência de aterramento e demais verificações técnicas pertinentes;
- Emissão de relatórios técnicos e laudos comprobatórios.

Observações complementares:

- Todos os serviços deverão atender às normas de segurança NR-10, NR-12 e NR-35;
- A execução deverá garantir a compatibilização entre os diferentes subsistemas elétricos (127 V, 220 V e 380 V);
- A Contratada será responsável por toda a documentação técnica final, ART de execução, conclusão e registros para futuras manutenções.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).**

O objeto será executado conforme a seguinte metodologia, garantindo que a obra seja entregue pronta para operação, de acordo com os escopos detalhados (trifaseamento, transformador e Soft-Starters):

### 7.1. Planejamento e mobilização

- A Contratada deverá apresentar plano de execução detalhado, incluindo cronograma físico-financeiro, recursos humanos, equipamentos, materiais e metodologia de execução;





# Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque

- Mobilização de equipes, equipamentos e materiais necessários;
- Reunião inicial com a Contratante para alinhamento de responsabilidades, cronograma, normas técnicas e medidas de segurança;
- Instalação de canteiro de obras e sinalização de segurança, de acordo com NR-18 e NR-10.

## 7.2. Execução dos serviços elétricos

- Vistorias iniciais para levantamento da infraestrutura existente;
- Implantação do trifaseamento da rede, incluindo abertura de cavas, instalação e substituição de postes e estruturas primárias;
- Lançamento de cabos e instalação de chaves fusíveis;
- Instalação de aterramentos temporários e dispositivos de segurança;
- Registro fotográfico e georreferenciamento da obra para controle técnico e aprovação da concessionária.

## 7.3. Execução do posto de transformação

- Abertura de cavas e implantação de poste DT para instalação do transformador;
- Instalação de malha de aterramento definitiva e transformador trifásico 75 kVA;
- Montagem de mureta de alvenaria e caixas de medição, TC's e disjuntor geral;
- Lançamento de cabos do transformador até as caixas de medição;
- Instalação de para-raios e dispositivos de proteção;
- Testes preliminares de continuidade elétrica, isolamento e proteção.

## 7.4. Acionamento da bomba

- Fornecimento e instalação de Soft-Starters;
- Alimentação elétrica do painel de Soft-Starters a partir da medição particular;
- Conexão da bomba de recalque em 380 V;
- Testes de funcionamento da bomba, garantindo operação contínua e estável;
- Integração da bomba com demais sistemas elétricos do campo (127 V e 220 V).

## 7.5. Testes e entrega final

- Testes completos de todos os sistemas (alimentação, proteção, aterramento, acionamento da bomba e iluminação);
- Elaboração de relatório técnico final com ART de conclusão, projetos "as built" e registros fotográficos;
- Entrega formal da obra à Contratante, pronta para operação imediata, garantindo que a bomba e toda a rede elétrica estejam em pleno funcionamento;
- Treinamento operacional básico, se solicitado pela Contratante, para o manejo do painel de Soft-Starters e procedimentos de segurança.

## 7.6. Controle e fiscalização



# Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque

- A Contratada deverá permitir o acompanhamento pela fiscalização da Contratante em todas as etapas;
- Registro de ocorrências, ajustes e medições físicas das instalações;
- Resposta a pareceres técnicos ou solicitações formais de órgãos de controle, se necessário.

O regime de execução será empreitada por preço global, considerando a complexidade técnica dos serviços e a necessidade de entregas bem definidas, conforme art. 6º, XXIII da Lei 14.133/2021.

## 7.7. LOCAL OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

O objeto da presente contratação será executado no Campo São Miguel, situado no município de Boa Ventura de São Roque – PR, incluindo toda a infraestrutura elétrica necessária para operação da bomba de recalque, iluminação do campo, lanchonete e áreas de apoio. O local de execução pode ser acessado pelo seguinte link: <https://maps.app.goo.gl/Je6zmL6r8KR5yrG49>

### 7.7.1. Abrangência da execução

- Área do campo esportivo, incluindo postes, refletores e rede de distribuição elétrica em 220 V;
- Ponto de instalação da bomba de recalque e painel de Soft-Starters para alimentação em 380 V;
- Lanchonete e demais edificações de apoio, contemplando alimentação elétrica em 127V;
- Rede de trifaseamento e instalação do transformador trifásico 75 kVA – 34,5 kV / 380-220 V, incluindo padrão de entrada, muretas, caixas de medição e aterramentos.

### 7.7.2. Condicionantes de acesso

- O acesso aos locais de execução será provido pela Contratante, devendo a Contratada observar normas de segurança para circulação em áreas com rede elétrica existente;
- A Contratada deverá coordenar com a fiscalização do Município para agendamento de vistorias, execução de serviços e visitas técnicas.

### 7.7.3. Condições do terreno

- O terreno é livre de edificações que impeçam a execução da obra, porém a Contratada deverá respeitar a infraestrutura existente, incluindo redes de água e pavimentação;
- A empresa contratada deverá avaliar “in loco” condições ambientais, topografia, solo, iluminação natural e demais fatores que impactem a execução segura da obra.

## 7.8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

7.8.1. Em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, o Contratado deverá recolher as ARTs referente ao objeto contratado e especialidades pertinentes, nos termos da lei nº 6496/77, recolhida pelo Responsável Técnico pela empresa. A emissão deste(s) documento(s) deverá ser feita pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA/PR.



7.8.2. Caso seja de outro Estado, o Contratado deverá apresentar seus registros vistados pelo CREA/PR (registro do Contratado e registro do Responsável Técnico), conforme artigo 14, § 1º e 3º, da Resolução 1.121, de 13 de dezembro de 2019 - CONFEA.

7.8.2.1. A autenticidade desses documentos poderá ser feita pelo fiscal do contrato mediante a comparação entre o original e a cópia.

7.8.2.2. O descumprimento desse recolhimento e dessa entrega impossibilitará a emissão da ordem para início dos serviços, sem prejuízo de outras penalidades por inadimplência.

## 7.9. DIREITOS AUTORAIS.

7.9.1. Assegurar ao CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

7.9.1.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

7.9.1.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Contratado, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## 7.10. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS.

7.10.1. O Contratado deverá observar todas as obrigações, requisitos e especificações constantes dos anexos a este termo de referência.

## 7.11. PRAZOS.

7.11.1. Prazo para a execução dos serviços: 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data constante da ordem de serviço para início da execução.

7.11.2. A Ordem de Serviço será emitida em até 5 (cinco) dias contados a partir da assinatura do termo de contrato.

## 7.12. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO.

7.12.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 7.13. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

7.13.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o contratante e o contratado, os seguintes:

- a) Ordem de Serviço (OS);
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) E-mails.

## 8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Prefeitura Municipal de  
**Boa Ventura de São Roque**

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O Município poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. O Contrato celebrado será administrado, fiscalizado e acompanhado pela seguinte equipe administrativa:

**8.6. Secretaria de Administração;**

8.7. Gestor: Gelson Adalberto Schuwab

8.8. Fiscal Admin.: Josemar Cesar Miranda

8.9. Fiscal Técnico: Mateus Andreetta Lacombe

**8.10. PREPOSTO.**

8.10.1. O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da assinatura do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.10.1.1. O contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

**8.11. FISCALIZAÇÃO.**

8.11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.11.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.11.3. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.11.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.11.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.11.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



8.11.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## 8.12. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.12.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.12.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## 8.13. GESTOR DO CONTRATO

8.13.1. O gestor do contrato é o responsável pelo acompanhamento das atividades exercidas pelos fiscais; instrução processual dos requerimentos do contratado e dos procedimentos de alteração e prorrogação contratual; adoção de providências, nos casos de inadimplemento contratual, inclusive para instauração de procedimento de apuração de falta contratual e de extinção dos contratos; aderência às normas e atendimento às diretrizes e obrigações contratuais; e recebimento definitivo do objeto, observadas as competências definidas em cada unidade gestora.

8.13.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.13.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório de riscos eventuais.

8.13.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.13.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.13.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.



8.13.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.13.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato se for caso.

8.13.9. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, o gestor ou os fiscais, conforme o caso, deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

## 9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

### 9.1. Condicionantes gerais

Os pagamentos à CONTRATADA serão realizados após a verificação e aprovação da execução de cada escopo pelos Fiscais do Contrato, designados pelo Município, garantindo que os serviços tenham sido concluídos prontos para operação, em conformidade com este Termo de Referência, normas técnicas aplicáveis e exigências da concessionária COPEL.

### 9.2. Retenção ou glosa

Poderá haver retenção ou glosa proporcional ao valor do pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Utilizou materiais ou recursos humanos em quantidade ou qualidade inferior à exigida.

9.2.1. A Contratada deverá apresentar relatório de medição, contendo:

- descrição detalhada das atividades executadas;
- planilha com todos os itens e quantidades realizados;
- imagens ou registros fotográficos dos serviços executados.

### 9.3. Pagamento por escopo

Considerando que o objeto da contratação consiste em solução técnica integrada e indivisível, o pagamento será realizado em **parcela única**, vinculada à conclusão integral dos serviços, nos seguintes termos:

#### Escopo Único – Execução completa do sistema elétrico

- **Condição de pagamento:** após a execução total do objeto contratado, com a instalação concluída do posto de transformação de 75 kVA, quadros elétricos, ramais alimentadores, soft-starter da bomba de 50 CV e demais instalações previstas, bem como após a realização de todos os testes, ensaios e a efetiva aprovação final pela concessionária COPEL;





**Entrega mínima exigida:**

- posto de transformação integralmente instalado e energizado;
  - padrões de entrada e medição concluídos;
  - quadros elétricos montados e operacionais;
  - soft-starter instalado e parametrizado;
  - bomba do poço funcionando em 380V;
  - circuitos de 220V (refletores) e 127V (lanchonete) operando normalmente;
  - sistema aprovado e liberado pela COPEL.
- **Pagamento:** será efetuado em parcela única, após a emissão de termo de recebimento provisório pelo Fiscal do Contrato e comprovação do pleno funcionamento do sistema elétrico como um todo.

**9.4. Condições fiscais e administrativas**

- As notas fiscais deverão conter número do contrato e número do empenho, e deverão ser acompanhadas de guias de recolhimento de impostos e indicação da conta para depósito;
- Notas fiscais com erro serão devolvidas para retificação;
- O pagamento será efetivado somente após verificação da regularidade fiscal junto à Secretaria da Fazenda, apresentando as certidões exigidas;
- O pagamento fica condicionado à comprovação de regularidade perante a Previdência Social, FGTS e Certidão Municipal;
- O pagamento será efetuado em moeda corrente brasileira, até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação correta da fatura e documentos pertinentes, observada a execução aprovada pelos Fiscais do Contrato.

**9.5. A contratação será atendida pela seguinte dotação:**

Exercício	Conta	Natureza	Fonte de recurso	Natureza	Grupo da Fonte
2026	00810	03.004.04.122.0301.2017	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.3.90.39.00.00	Exercício Corrente
2026	00860	03.004.04.122.0301.2017	00000 – Recurso Ordinários (Livres)	4.4.90.51.00.00	Exercício Corrente

**10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 10.1. Não será adotada a inversão de fases nesta licitação. O procedimento seguirá o rito tradicional, iniciando-se pela análise das propostas e, posteriormente, a habilitação apenas do licitante melhor classificado, conforme art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Essa escolha visa garantir maior eficiência e celeridade processual, considerando o alto número de participantes esperados.

**11. DA PROPOSTA DE PREÇO**

- 11.1. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS



11.1.1. A empresa licitante deverá apresentar proposta de preços, com a devida indicação de seu autor e respectiva assinatura (digital ou eletrônica válida), em arquivo único e preferencialmente em formato 'pdf', contendo, obrigatoriamente, as peças adiante especificadas:

11.1.2. Preço Global da proposta;

11.1.3. Cronograma Físico-Financeiro;

11.1.4. Planilha Orçamentária na qual deverão constar todos os preços unitários e totais;

11.1.4.1. É importante destacar que não há modelo, a elaboração das composições de custos é uma atividade intrinsecamente ligada à metodologia de trabalho, à estrutura operacional e às práticas de cada empresa. Portanto, é prudente que cada licitante desenvolva sua própria composição analítica de custos, considerando suas particularidades, como equipamentos e softwares disponíveis, produtividade da mão de obra, logística e demais variáveis internas.

11.1.4.2. A personalização desse processo é essencial para garantir a precisão dos preços ofertados, alinhando-os à realidade operacional da empresa e, consequentemente, assegurando a exequibilidade e a competitividade da proposta.

11.1.5. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

11.1.6. Conforme o art. 59, parágrafo 4º, da Lei nº 14.133/21, serão consideradas inexequíveis e desclassificadas as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

11.1.6.1. Entretanto, conforme jurisprudência majoritária do TCU, a interpretação do § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade. Dessa forma, a Administração poderá avaliar a exequibilidade da proposta em caso de preço inferior ao percentual de 75% do montante orçado na licitação, nos termos do art. 59, § 2º da Lei 14.133/2021, situação em que será exigida dos licitantes a comprovação de que a proposta respeita a legislação tributária, respeita os critérios de formação do preço e de custo total, respeita a quantidade de mão-de-obra profissional envolvida nos critérios de formação do preço referencial, inclusive quanto às vistorias que deverão ocorrer in loco, além de outras comprovações julgadas necessárias de forma a assegurar a exequibilidade do preço ofertado, nos termos deste Termo de Referência.

11.1.6.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei, conforme disposto no art. 59, § 4º, da Lei nº. 14.133/2021.

## 11.2. DECLARAÇÃO DO CONTRATANTE QUANTO AO PREÇO.

11.2.1. Declaração de que, no preço global proposto, estão incluídas todas as despesas diretas, indiretas e quaisquer outras necessárias à total e perfeita execução dos serviços objeto desta licitação, incluindo visitas técnicas presenciais, reuniões presenciais, bem como as taxas exigidas nos órgãos e poderes, para fins de aprovação dos projetos legais, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo CONTRATANTE.



## 12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21).

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.
- 12.2. A disputa será na forma eletrônica através da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, disponível em <https://bll.org.br/>. Com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.
- 12.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta ao SICAF ou, a cadastros informativos oficiais, tais como:
  - 12.3.1. Tribunal de Contas da União - TCU (lista de inidôneos ou consulta consolidada). (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>)
  - 12.3.2. Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR - restrições ao direito de contratar com a Administração Pública. (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>)
- 12.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 12.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
  - 12.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 12.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 12.7. **HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66, LEI 14.133/21).**
  - 12.7.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 12.7.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.



12.7.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.7.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.7.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 12.8. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (ART. 68, LEI 14.133/21).

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional; Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

12.8.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.8.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 12.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69, LEI 14.133/21)

12.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública;



Prefeitura Municipal de  
**Boa Ventura de São Roque**

12.9.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.9.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.9.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.9.4.1. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.9.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

12.9.5.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

12.11. Registro da empresa

A licitante deverá apresentar Certificado de Registro e Quitação junto ao CREA ou ao CRT, conforme o caso, nos termos da legislação vigente, compatível com as atividades de engenharia elétrica e/ou eletrotécnica relacionadas ao objeto da contratação, atendendo à Lei nº 5.194/1966, ao Decreto nº 90.922/1985, às resoluções do CONFEA/CREA e do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

12.12. Experiência técnica da empresa

A licitante deverá comprovar experiência em serviços de engenharia elétrica similares aos objetos deste Termo de Referência, por meio de Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem:

- execução de redes de média e baixa tensão;
- instalação de transformadores trifásicos;

12.13. Cada Atestado deverá indicar a licitante como executora do serviço e estar vinculado à Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional responsável.

12.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

12.15. A licitante deverá apresentar profissional legalmente habilitado, Engenheiro Eletricista registrado no CREA ou Técnico em Eletrotécnica registrado no CRT, com atribuições compatíveis com o objeto, conforme legislação profissional vigente, incluindo o Decreto nº 90.922/1985, Resoluções do CONFEA/CREA e do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT;

- Comprovação de vínculo do profissional com a licitante, por meio de:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato social, contrato de prestação de serviços ou declaração de disponibilidade do profissional para execução do contrato;

- Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente emitido pelo CREA ou CRT, referente a serviços compatíveis com o objeto licitado.





Prefeitura Municipal de  
**Boa Ventura de São Roque**

12.15.1.1. A substituição de qualquer profissional somente será admitida mediante aprovação prévia da Administração Municipal, garantindo experiência equivalente.

12.15.1.2. Comprovação de execução de serviços similares

A empresa deverá apresentar atestado(s) de execução de rede elétrica trifásica, instalação de transformadores, acionamento de bombas elétricas e sistemas de iluminação, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com referência às obras executadas, datas e quantitativos, garantindo a compatibilidade com os serviços do presente contrato.

12.15.1.3. Observações adicionais

Não serão aceitos atestados ou CAT de serviços com irregularidades legais ou sanções aplicadas;

A licitante deve fornecer, quando solicitado, informações complementares sobre os serviços atestados, incluindo endereço da obra, contratante e dados do profissional responsável.

12.15.2. As exigências solicitadas com relação aos acervos técnicos, são adequadas, necessárias e suficientes para avaliação dos profissionais quanto à especificidade e a qualidade técnica dos projetos e serviços a serem entregues, afastando margens para erros técnicos e dificuldade no desenvolvimento dos serviços contratados.

12.15.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

12.15.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos comprobatórios.

12.16. DEMAIS DOCUMENTOS

12.16.1. Declaração unificada, conforme ANEXO III.

12.16.2. Declaração de visita ou de renúncia (ANEXO IV ou V), conforme o caso.

12.16.3. Declaração de Tratamento Diferenciado – Lei 123/2006 (ANEXO VI), se for o caso.

12.16.4. Declaração de responsabilidade técnica, indicando o(s) responsável (eis) técnico (s) pela execução (Anexo VII).

12.16.5. Declaração de autorização da equipe técnica, se for o caso (Anexo VIII).

12.17. DEMAIS REQUISITOS

12.18. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.19. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.





12.20. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.20.1. Os documentos referentes à habilitação podem ser substituídos pelo SICAF, conforme o disposto no art. 70, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.21. No caso de não constar prazo de validade nas certidões exigidas por este Edital, somente serão aceitas àquelas emitidas com até 90 (Noventa) dias, contados da data de sua expedição.

12.22. Todas as propostas, documentos de habilitação e demais manifestações formais relacionadas a esta licitação deverão ser assinados eletronicamente, conforme disposto na Lei nº 14.063/2020.

### **13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**

13.1. Estima-se para a contratação o valor total de R\$122.660,00 (Cento e Vinte e Dois Mil, Seiscentos e Sessenta Reais), na média, conforme cotações de preços disponibilizada pelo município.

13.1.1. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, conforme cotação de preços, Lei nº 14.133/2021 §1º do art. 23, no inc. IV, apresentado pelas seguintes empresas do ramo:

13.1.2. EMPRESAS FORNECEDORAS DAS COTAÇÕES:

13.1.2.1. ELETRO INSTALADORA GETEL LTDA, CNPJ 81.044.547/0001-90, estabelecido na Rua R. Sete de Setembro, 2680, Laranjeiras do Sul/PR, apresentou o valor global de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

13.1.2.2. BTS CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 59.331.000/0001-17, estabelecido na Rua Rodolfo Cremm, 4328, Maringá/PR, apresentou o valor global de R\$ 122.980,00 (Cento e Vinte e Dois Mil, Novecentos e Oitenta Reais)

13.1.2.3. JB DO CARMO MIQUELINO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, CNPJ 20.834.162/0001-32, estabelecido na Rua Xavantino, 1347, Sarandi/PR, apresentou o valor global de R\$ 125.000,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil Reais)

### **14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:

I. Der causa à inexecução parcial do contrato;

II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Der causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar atos lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. ADVERTÊNCIA:

14.2.1.1. Quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/21);

14.2.2. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR:

14.2.2.1. No âmbito do Município de Boa Ventura de São Roque - PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/21);

14.2.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:

14.2.3.1. Quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art.156, §5º, da Lei 14.133/21).

14.2.4. MULTA:

14.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato.

14.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato.

14.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato.

14.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.

14.2.4.5. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

14.2.4.6. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

14.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



Prefeitura Municipal de  
**Boa Ventura de São Roque**

- 14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.8. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 14.8.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 14.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 14.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.9.4. Os danos que dela provierem para o contratante; e
- 14.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

## **15. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO.**

- 15.1. Secretaria de Administração.

## **16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 16.1. As informações deste Termo de Referência foram elaboradas com base nas informações fornecidas pela Secretaria solicitante, condicionando sua validade a análise jurídica e despacho da autoridade competente.



Prefeitura Municipal de  
**Boa Ventura de São Roque**

- 16.1.1. A descrição do objeto, justificativas, estimativa do preço unitário referencial, memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte, assim como, os parâmetros utilizados para a obtenção do preço e para os respectivos cálculos, são de responsabilidade do(s) servidor(es) que os elaborou(aram).
- 16.2. Os casos omissos neste Termo de Referência serão dirimidos pelo Agente de contratação em observância da legislação em vigor, obedecidos os preceitos da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes.